

Ecumenismo e diálogo inter-religioso em perspectiva bíblica

Ecumenism and interreligious dialogue in biblical perspective

*Leonardo Agostini Fernandes**

Resumo: Este artigo aborda o tema do ecumenismo e do diálogo inter-religioso a partir de exemplos bíblicos que podem ajudar na promoção da unidade entre os fiéis cristãos e do respeito pela fé dos não cristãos. Não se fará, porém, uma abordagem sobre a história do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Sobre isso já existem várias obras publicadas, em particular nesse ano em que se faz memória dos quinhentos anos da Reforma. A reflexão será desenvolvida a partir de três pontos. No primeiro, serão apresentadas breves considerações quanto ao sentido, à compreensão e ao alcance dos conceitos ecumenismo e diálogo inter-religioso. No segundo, serão tomados dois exemplos do Antigo Testamento, considerando as principais formas de religião vividas pelo antigo Israel (*jahwismo* e judaísmo) e as relações-tensões internas e externas. No terceiro, serão tomados dois exemplos do Novo Testamento, considerando as formas de cristianismo primitivo e as relações-tensões internas e externas. Introdução e considerações finais emolduram o desenvolvimento.

Palavras-chave: Ecumenismo, Diálogo Inter-religioso, Respeito, Sagrada Escritura, Unidade

* Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Diretor e docente do Departamento de Teologia da PUC-Rio e do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. E-mail: kyriou33@yahoo.it.

Abstract: This paper addresses the issue of ecumenism and interreligious dialogue from biblical examples that can help promote unity among faithful Christians and in respect for the faith of non-Christians. However, it will not be made an approach of the history of ecumenism and interreligious dialogue. There are already several published works about this theme, in particular in this year, in which the five hundred years of the Reform are remembered. The reflection will be developed from three issues. In the first section, brief considerations will be presented about the meaning, understanding and the scope of the concepts of ecumenism and interreligious dialogue. In the second, two examples of the Old Testament will be taken, considering the major forms of religion experienced by ancient Israel (Jahwism and Judaism) and internal and external tensions. In the third, two examples of the New Testament will be taken considering the forms of early Christianity and the internal and external tensions. Introduction and final considerations frame the development.

Keywords: Ecumenism, Interreligious Dialogue, Respect, Holy Scripture, Unity

Introdução

Assim disse YHWH: Parai sobre os caminhos,
vede e perguntai sobre as veredas de outrora:
será este o caminho do bem?
Então caminhai nele e encontrareis repouso para vossas almas.
Mas disseram: “Não andaremos!”
(Jr 6,16)

O antigo Israel não possuiu, bem como o atual judaísmo, uma uniformidade religiosa. Há um evento fundador sobre o qual a fé se apoia: o êxodo do Egito; e há um elemento determinante da vida: a legislação recebida no deserto, conforme as narrativas contidas na Torá/Pentateuco, dadas pelo único Deus: Criador, Libertador e único

Senhor, que os filhos de Israel devem aprender a amar e cultuar para se viver feliz na terra prometida. Um olhar para o Decálogo revela a síntese (cf. Ex 20,1-17; Dt 5,6-21), como num credo, do evento do êxodo e do que é fundamental para se viver a fé e a justiça tanto na vertical como na horizontal das relações para com Deus e para com o próximo.

Sobre essa base, que reflete o esforço e o resultado de um árduo e longo processo de formação, se assentam as correntes religiosas mais antigas: o *jahwismo*, apresentado como superação do *elohismo* cananeu pré-exílico, e o judaísmo, como reformulação do *jahwismo*, após o exílio em Babilônia. Este judaísmo foi uma tentativa de unificação do povo, mas, desde a época dos Macabeus foi praticado e interpretado diferentemente, originando várias correntes: saduceus, fariseus, essênios, zelotas e sicários, acentuados na época de Jesus e dos apóstolos.

No tocante ao cristianismo, seja qual for a denominação: católica, ortodoxa, protestante ou evangélica, quando o Evangelho é anunciado, a divisão não fica oculta. Sobre as correntes cristãs pesa a afirmação-constatação que Jesus pronunciou ao ser caluniado pelos escribas: “Se um reino se divide contra si mesmo, tal reino não poderá subsistir. E se uma casa se divide contra si mesma, tal casa não poderá manter-se”. Obstinação e falta de conversão confirmam a força da sentença de Mc 3,24-25 (paralelos: Mt 12,24-32; Lc 11,15-23), e evidencia o supracitado texto de Jeremias.

Para a divisão presente no cristianismo existe um antídoto: a busca e a promoção sincera da unidade na fraternidade vivida por Jesus com seus discípulos. Para a falta de unidade, o antídoto é o firme propósito de viver o mandamento do amor. A fraternidade e a unidade tornam eficaz o anúncio do Evangelho, pois concretiza e torna visível o mandamento do amor (cf. Jo 13,34) e o desejo expresso de Jesus: *ut unum sint* (Jo 17,11.21-23). “A falta de unidade representa

um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo” (DAp 227).

Sobre a prática do mandamento do amor, Tertuliano afirmou que os pagãos ficavam admirados e exclamavam: “Vede como eles se amam!” (Apolog. 39). Uma admiração que há muito não se escuta nos lábios de quem não professa a fé cristã. Basta evocar, aqui, o célebre dito, atribuído a Mahatma Gandhi, dado em resposta à pergunta do missionário E. Stanley Jones (“Por que é tão inflexível e sempre rejeita tornar-se seguidor de Cristo?): “Eu não rejeito seu Cristo. Eu amo seu Cristo. Apenas creio que muitos de vocês cristãos são bem diferentes do vosso Cristo”.¹

1. Considerações quanto aos conceitos

1.1 Ecumenismo

O termo ecumenismo vem do grego *oikouménē*. O historiador Heródoto (século V a.C.) usou o termo no sentido de “terra habitada”. No termo *oikouménē* não havia, inicialmente, uma conotação de unidade, mas a partir das conquistas de Alexandre Magno (333-323 a.C.), admitindo-se o seu ambicioso projeto de unificar, pela conquista, toda a “terra habitada” e de difundir a “cultura helênica”, particularmente pela propagação do pensamento aristotélico, o termo passou a conotar a relação entre “terra habitada” e a unidade de seus habitantes.

Com a difusão do império romano, o termo *oikouménē* passou para o latim, *œcumene*, e os romanos, conquistados pela cultura grega, atribuíram ainda mais a ideia da unidade de toda a “terra habitada”. Esta passou a ser sinônimo de império romano, pela organização política baseada na implantação de uma “ordem jurídica” válida para todo o orbe por eles dominado. A *pax romana* se tornou a grande insígnia dessa “unidade” imperial.

¹ Disponível em <http://blogueiroscristaos.blogspot.com/2007/11/mahatma-gandhi.html>. Acesso em 12/09/2017.

No que diz respeito ao âmbito cristão, o termo *oikouménē* ocorre, pela primeira vez em Mt 24,14, significando exatamente o “mundo inteiro” ou “toda a terra”.² Nesse sentido, *oikouménē* e *katholikós* se equivalem, pois indicam o espaço geográfico universal sobre o qual a Boa Nova de Jesus Cristo deve ser anunciada segundo a ordem dada em Mt 28,18-20.

Nos séculos seguintes, os Padres da Igreja, responsáveis pelos Concílios Ecumênicos, que reuniram as igrejas apostólicas, definiram o Credo a ser professado pelos cristãos no mundo inteiro em sinal de unidade. No Credo foram reunidas as declarações de Niceia (325), Constantinopla (381), Éfeso (431) e Calcedônia (451).

Assim, o termo *oikouménē* passou a ter um profundo sentido teológico e, a partir desses Concílios, considera-se ecumênico o que congrega os cristãos na unidade: a caridade vivida na verdade que liberta de todas as formas de erro bíblico-doutrinal (cf. Jo 8,32). Desta concepção deriva o sentido de ortodoxia, passando a equivaler ao termo verdade.

A *oikouménē* tornou-se um movimento religioso, denominado de ecumenismo, que surgiu no final do século XVIII por iniciativa protestante para enfrentar as revoluções sociais e culturais desencadeadas pelo iluminismo e pela revolução francesa.³ O objetivo

² Na LXX, o termo *oikouménē* possui o sentido habitual de “terra habitada” (cf. Ex 16,35) e ocorre cerca de cinquenta vezes, a maioria no livro dos Salmos, significando o “mundo” (cf. Sl 9,9; 19,5) e no livro do profeta Isaías assume o sentido de “toda a terra” (cf. Is 10,14; 13,5.9; 62,4). No Novo Testamento ocorre quinze vezes, e o sentido usual é de “mundo habitado” que, de certa forma, corresponde ao império romano (cf. Lc 2,1). O termo *oikouménē* pode substituir *kosmos* (cf. Lc 4,5-6). Por isso, Paulo foi acusado de perturbar e causar desordem em toda a *oikouménē* (cf. O. FLENDER, “*oikouménē*”. In: L. COENEN – E. BEYREUTHER – R. BIETENHARD (coord), *Dizionario dei concetti biblici del Nuovo Testamento*. Bologna: EDB, 1986, p. 1856-57).

³ John Mott e Nathan Söderblom, através das Uniões Cristãs de jovens e da Federação universal dos estudantes cristãos estão na origem do movimento ecumênico. Pela parte católica, considera-se o importante protagonismo do Cardeal John Henry Newmann (nasceu em 21/02/1801, tornou-se sacerdote anglicano, mas se converteu ao catolicismo em 1845, foi ordenado sacerdote na Igreja Católica em 1847, foi nomeado Cardeal pelo Papa Leão XIII em 1879 e faleceu em 11/08/1890), beatificado por Bento XVI em 19/09/2010.

desse movimento era alcançar a união das diversas igrejas cristãs protestantes, a fim de preparar o surgimento de uma grande igreja ecumênica, capaz de superar todas as divisões doutrinárias e disciplinares. Sem essa unidade, os precursores do movimento ecumênico já haviam percebido as dificuldades sócio-políticas que viriam a afetar o cristianismo no mundo.⁴

Nos dias atuais, o ecumenismo passa por muitas interrogações e crises.⁵ Contudo, na perspectiva do Papa Francisco, seguindo os passos dados no Decreto *Unitatis Redintegratio*, do Concílio Vaticano II, e a Encíclica *Ut Unum Sint*, de São João Paulo II, insere-se na dimensão social da evangelização. Esta precisa acontecer com alegria e entusiasmo, marcada por uma hierarquia de verdades e virtudes, priorizando o que é essencial e o que promove o bem comum, objetivando a unidade que, não apenas aceita a diversidade, mas que reconhece a beleza multifacetada, como um poliedro, onde todas as faces preservam o que lhe é próprio e original. É a beleza de Jesus, imagem do Deus invisível (cf. Cl 1,15), refletida na face de cada ser humano, independente da sua cor, raça, condição social ou religião.⁶

1.2 Diálogo inter-religioso

Não se encontra nos dicionários a voz “diálogo inter-religioso”, tampouco a palavra diálogo foi usada na Sagrada Escritura,⁷ não

⁴ “Por mais de quarenta anos que o Concílio Vaticano II reconheceu a ação do Espírito Santo no movimento pela unidade dos cristãos. Desde então, temos colhido muitos frutos... Também é oportuno estudar o *Diretório ecumênico* e suas indicações em relação à catequese, à liturgia, à formação presbiteral e à pastoral” (DAp 231).

⁵ Cf. M. T. F. CARDOSO, “Aspectos ecumênicos da *Evangelii Gaudium*”. In: J. P. AMADO – L. A. FERNANDES (orgs.), *Evangelii Gaudium em questão. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Paulinas, 2014, p. 251-262.

⁶ No V centenário da Reforma, várias publicações abordam o tema do Ecumenismo: *Estudos Teológicos*, vol. 57, n. 1 (jan./jun.) 2017; *Perspectiva Teológica*, vol. 49, n. 1 (jan./abr.) 2017; *REB*, vol. 77, n. 305 (Jan./Marc.) 2017; *Rassegna di Teologia*, Anno LVIII, n. 1 (Gennaio-Marzo) 2017.

⁷ O mais próximo é o verbo *διαλέγομαι* que indica muito mais o sentido de disputa ou discussão sobre algo ou alguém (cf. Mc 9,34; At 17,2.17; 18,4.19; 19,8-9; 20,7.9; 24,12.25; Hb 12,5; Jd 1,9).

obstante alguns textos possam ser classificados como diálogos em tom de disputa ou discursos (cf. Jó 3,1-42,6; Jo 3,1-21; 4,7-38).

Um grande e árduo caminho, quanto ao diálogo inter-religioso, vem sendo percorrido pelos líderes de diferentes seguimentos religiosos. O Concílio Vaticano II fez do diálogo um tema importante e reconheceu a sua necessidade, como uma atitude pedagógica, capaz de favorecer “a busca de consenso e que conduz dialeticamente à verdade que se quer afirmar e comunicar”.⁸ Este diálogo, desde então, vem sendo promovido junto às grandes religiões mundiais, em particular com o judaísmo, o “budismo” e, nos últimos vinte anos, também com o islamismo.

O termo diálogo é originário do grego, *diá-lógos*, e significa algo que acontece “através do discurso”, ou “através de um raciocínio”. Para que haja um diálogo se fazem necessários, no mínimo, dois interlocutores que passam o próprio raciocínio através do discurso. A finalidade é chegar a um denominador que acomune as partes. Assim, o diálogo permite e estabelece a comunicação interpessoal, unindo os sujeitos do processo comunicativo, possibilitando falar da fé, enquanto favorece a busca do bem de cada pessoa e da sociedade como um todo.⁹

Para produzir os frutos desejados, o diálogo não deve ser superficial, mas precisa ocorrer num nível profundo tanto do conteúdo como das palavras articuladas, pelas quais cada parte expõe o seu raciocínio. Na dinâmica da vocação e missão, derivantes da Boa Nova anunciada por Jesus, o diálogo é uma exigência, uma *conditio sine qua non* qualificadora das ações que denotam a *oikouménē* da verdade anunciada pela Igreja e que deve tutelar. Através do diálogo inter-religioso, demonstra-se, validamente, o elemento positivo das diferenças

⁸ J. D. PASSOS, “Diálogo”. In: J. D. PASSOS e W. L. SANCHEZ (coord). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 266 [266-273].

⁹ Cf. M. T. F. CARDOSO, “Ter em vista o ser humano: A *Gaudium et Spes* e o diálogo ecumênico”. In: L. A. FERNANDES (org.), *Gaudium et Spes em questão. Reflexões bíblicas, teológicas e pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 137-150.

e da capacidade do respeito, reconhecendo que Deus age para muito além dos limites visíveis da sua Igreja (*Lumen Gentium*, n. 16).

O diálogo inter-religioso aflora pela aceitação do pluralismo das relações entre pessoas e comunidades que professam uma fé distinta. Conhecimento e boa vontade são ingredientes que não podem faltar quando se dialoga, pois as partes desejam e objetivam a busca da verdade que precisa acontecer na caridade e no respeito pela liberdade.¹⁰

Um dado essencial no diálogo é a aceitação respeitosa da diferença, que não impede que a unidade conviva com a pluralidade (DAp 238). Sem esse dado não é possível acontecer a principal proposta do diálogo: a audição amorosa da alteridade, reveladora do que é próprio das partes em diálogo: a cultura como condição humana inalienável. Em cada cultura existe um dado comum, a natureza humana, e um dado diverso, a pessoa humana (DAp 239).

Graças à dimensão religiosa do ser humano, isto é, da sua propensão para *religar*, *reler* e *reeleger* o outro de si, o diálogo, no altruísmo e na alteridade, é um elemento que vincula as partes, protege as diferenças e permite a partilha e a participação na história de cada uma das pessoas. O diálogo é a mais nobre ação simbólica, porque une pessoas e histórias distintas, proporcionando a experiência que o fundamenta e dá sentido à vida: o amor e o conhecimento recíprocos.

A aceitação do acima dito permite dizer que cada interlocutor é portador de valores que devem ser não apenas expostos, mas defendidos. Nesse sentido, o verdadeiro diálogo não intenta se apropriar ou desapropriar os interlocutores dos seus valores, mas é o meio eficaz para que, antes de tudo, sejam respeitados e possam ser compreendidos.

Portanto, não se dialoga para anular diferenças ou criar meras convergências, mas para fazer viver diferenças e convergências com

¹⁰ Cf. F. GIOIA, F (org.), *Dialogo interreligioso nell'insegnamento ufficiale della chiesa cattolica dal Concilio Vaticano II a Giovanni Paolo II (1963-2005)*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006, p. 1496, n. 9.

respeito recíproco em cada um dos interlocutores. O consenso, então, não é o principal objetivo do diálogo, mas o interesse pelo progresso na busca da verdade que cria o bem comum na pluralidade dos saberes, salvaguardando as diferenças culturais e religiosas. Isto é o que permite falar e fazer diálogo inter-religioso.

2. Exemplos do Antigo Testamento

Nos livros do Antigo Testamento encontra-se, sem dúvida, a perícia de muitos escribas e sábios experientes em diferentes matérias teológicas e antropológicas. A trajetória histórica do antigo Israel foi elaborada por eles com base nas diversas experiências de libertação de inimigos e opressores. O principal critério usado foi o de transformar essas experiências em memória litúrgica: a Páscoa de libertação do Egito (cf. Ex 12,1-28), emoldurada pela morte dos primogênitos (cf. Ex 11,1-9 e 12,29-34). Sb 10,1-19,22 é, por sua vez, um claro exemplo de interpretação sapiencial da memória histórica. Os Sl 78, 105 e 106 transformaram essa memória histórica em oração.

De geração em geração, essa experiência fundadora se tornou o fundamento da religião do antigo Israel, por ela se formou a sua identidade e se encorajou a sua missão: revelar aos povos o verdadeiro Deus, YHWH, originando o *jahwismo*. Esta religião, associada a Moisés, primeiramente buscou suplantar o *elohismo* cananeu, particularmente na vitória sobre a sedução aos *baalim* do panteão cananeu (cf. Jz 3,7; 1Sm 7,4; Os 2,19). A evolução do *jahwismo* se deu, particularmente, pela ação profética, sofreu reformas e se tornou a constituição do antigo Israel (Torá/Pentateuco) pela ação de Esdras e Neemias (século V-IV a.C.), considerados os fundadores do judaísmo.¹¹

Um olhar atento para os livros do Antigo Testamento, em particular para a Torá/Pentateuco, permite reconhecer neles um longo

¹¹ Cf. G. GALVAGNO; F. GIUNTOLI, *Dai frammenti alla storia. Introduzione al Pentateuco*. Torino: ELLEDICI, 2014, p. 207-211.

processo de formação, pelo qual esses escribas e sábios buscaram afundar as raízes da fé em Deus e, sobre elas, edificar a identidade do antigo Israel: povo liberto, eleito e consagrado ao seu Deus (cf. Ex 19,5-6), que exige, graças ao conhecimento, um comportamento condizente: *Sede santos porque eu, YHWH, vosso Deus, sou santo* (Lv 19,2).

Esta identidade se solidificava na medida em que se promovia a unidade de todo o povo pela prática das leis que equivalem à obediência da fé a exemplo dos Patriarcas e, particularmente, do servo de YHWH por excelência: Moisés que se tornou modelo para os futuros líderes do pré-exílio: Josué, Juízes (Samuel possui grande evidência), Davi, Ezequias e Josias. Já, no pós-exílio, Esdras e Neemias, inspirados em Moisés, despontam como líderes e reformadores da fé e dos costumes.

Contudo, tal identidade se enfraquecia na medida em que a divisão acontecia pelo uso das mesmas leis para se obter poder. Não demorou muito para se perceber que a principal ameaça, contra a unidade do antigo Israel, não era externa, mas interna, oriunda dos conflitos entre correntes religiosas. Estas indicavam segmentação, marginalização e até exclusão social. Tudo isso era permitido e praticado, com base na Torá/Pentateuco, logo, em nome de Deus e da religião oficial. A partir do século II a.C., e, nos tempos de Jesus de Nazaré e dos apóstolos, essa segmentação ganhou novos representantes: saduceus, fariseus, essênios, zelotas e sicários.

Os libertos do Egito, que experimentaram o evento exodal, antes de entrar na terra de Canaã, percorreram diversas etapas e passaram por várias provações no deserto, no qual receberam as leis capazes de garantir a sua liberdade. Assim, quando se lança um olhar para a terra de Canaã, ponto de chegada, segundo a narrativa, dos que saíram do Egito, descobre-se que ela possui um divisor natural: o rio Jordão (cf. Dt 1,1-5). A promessa-conquista da terra de Canaã, terra que corre leite e mel, está marcada por conflitos internos e externos

que envolvem este divisor natural do território. Nm 32, lido ao lado de Js 22, serve de exemplo para o conflito religioso interno e 1Rs 18,16-40, ao lado do relato de 2Rs 22,1-23,30, serve de exemplo para o conflito religioso externo.

2.1 Conflito interno (Nm 32 e Js 22)

No livro de Números narra-se que os rubenitas, os gaditas e a meia tribo de Manassés foram os primeiros a receber as suas terras na Transjordânia, mediante um pedido expresso que os dois primeiros fizeram a Moisés, declarando que não desejavam atravessar o Jordão e habitar com seus irmãos do outro lado (cf. Nm 32,1-5). Seria uma quebra da fraternidade?

O pedido não agradou a Moisés, que recapitulou o descontentamento de YHWH (cf. Nm 13,1-14,45), razão que os fez vagar por quarenta anos no deserto por falta de fé na divina providência (cf. Nm 32,6-15). Diante da objeção, os rubenitas e os gaditas insistiram com firmeza no seu pedido e juraram que, após instalarem suas mulheres, filhos e rebanhos no território solicitado, ajudariam os seus irmãos a conquistar a terra além do Jordão (Canaã).¹² A isso, acrescentaram uma declaração: *porque não herdaremos com eles do outro lado do Jordão e além dele, pois nossa herança adentra aquém do Jordão, a oriente* (cf. Nm 32,19).

Moisés cedeu ao pedido, mas sob condição de grave pecado se viessem a faltar com a palavra, ao que os filhos de Rúben e Gad ratificaram o pedido com forte juramento (cf. Nm 32,20-27). Moisés determinou a Josué, a Eleazar e aos líderes das tribos de Israel que os territórios conquistados fossem dados aos gaditas e aos rubenitas,

¹² Atitude completamente insólita, pois deixariam mulheres e filhos sem qualquer proteção, expostos aos perigos. Nada impede, porém, de se pensar que alguns varões ficaram para tomar conta das famílias instaladas, razão pela qual se pode pensar que esses sejam os sujeitos de direito ao botim de guerra aludido em Js 22,8 (cf. J. L. SICRE, *Josue*. Estella [Navarra]: Editorial Verbo Divino, 2002, p. 443).

desde que cumprissem com a palavra dada. Além disso, deu Galaad para a meia tribo de Manassés (cf. Nm 32,28-42).

As terras que receberam, pertenciam a Og, rei de Basã, e a Seon, rei dos amorreus (cf. Nm 21,21-35). Houve conquista dessas terras, porque não houve diálogo frente à solicitação que Moisés dirigiu a esses reis (cf. Nm 21,21-25). O feito foi considerado tão importante, que foi lembrado com detalhes em Dt 1,4; 2,24-3,29 e em Js 12,1-13,33. Esse episódio fez de Moisés o primeiro responsável tanto pela conquista, como pela divisão do território entre os filhos de Israel.¹³

A promessa dos rubenitas e dos gaditas, de fato, se concretizou no livro de Josué, que lhes recordou o juramento feito a Moisés (cf. Js 1,12-18; 22,1-8). Como foi jurado, assim foi feito, mas ao regressarem julgaram necessário erguer um altar com pedras tiradas do Jordão, a fim de que as futuras gerações dos que ficaram na Transjordânia não fossem esquecidas pelas futuras gerações dos que atravessaram o Jordão e entraram em Canaã. Este feito, porém, quase desencadeou uma guerra fratricida (cf. Js 22,9-12).¹⁴

Js 22,13-20 narra a interpretação que as dez tribos, que passaram o Jordão, deram para o feito. Sob a autoridade de Finéias (protagonista de uma purificação que afastou a ira do YHWH, mas que desencadeou a guerra contra os madianitas, cf. Nm 25,1-18), e de dez delegados das tribos de Canaã, o ato foi considerado rebelião e infidelidade a YHWH, digno de punição. Uma solução foi apresentada: Gad, Rúben e a meia tribo de Manassés deviam renunciar às terras da Transjordânia, passar o Jordão e se estabelecer junto dos seus irmãos. Nota-se que devia prevalecer a ortodoxia dos que estavam

¹³ O episódio serve para explicar porque parte do antigo Israel também ocupou territórios fora dos confins de Canaã, dividida pelo rio Jordão. Além disso, graças ao seu protagonismo, Moisés não ficou em desvantagem em relação a Josué e figura como conquistador e o primeiro a dividir o território entre os filhos de Israel.

¹⁴ Nota-se a diferença de linguagem deuteronomista em Js 22,1-8 e a linguagem sacerdotal em Js 22,9-34. Nesse sentido, o ato de rebeldia foi apontado pela classe sacerdotal. Contudo, nem o Nilo ou o Jordão foram capazes de dividir os que acreditam e adoram a YHWH (cf. J. L. SICRE, *Josue*, p. 458).

em Canaã, representados pelo sumo sacerdote Eleazar e pelos chefes das dez tribos. Em outras palavras, pelo poder religioso e político dos que atravessaram o rio Jordão.

O desfecho, porém, foi favorável. Js 22,21-29 narra a justificação das tribos da Transjordânia e a aceitação por parte de Fineias e dos dez chefes de que não houve má intenção por parte dos gaditas e dos rubenitas. Toda a comunidade que atravessou o Jordão, e entrou em Canaã, respeitou a decisão dos delegados e não atacaram seus irmãos. O último versículo, porém, possui um valor explicativo ulterior: *Os filhos de Rúben e os filhos de Gad denominaram o altar [de testemunho], pois disseram: 'será um testemunho entre nós de que YHWH é Deus'* (Js 22,34). Nisto reside o ponto de unidade que o rio Jordão não foi capaz de dividir ou anular: a fé no mesmo Deus.

Esse episódio, veladamente, retrata a vontade de uma parte do antigo Israel, que ficou na Transjordânia, de ter um testemunho de YHWH que o identificasse com as tribos que entraram em Canaã. Seria possível chamar isso de *oikouménē* não territorial, mas relacional e cultural. Não se tratou, porém, do direito de fundar a sua própria religião, mas de possuir um altar para evocar a memória do evento exodal, cujo argumento principal recaiu sobre as futuras relações entre os descendentes da Transjordânia e os de Canaã. Chama a atenção a presença da meia tribo de Manassés que também recebeu de Moisés uma parte desse território e não é citada como alvo do ataque. A divisão e a disputa entre irmãos foram superadas pelo diálogo e pela compreensão de que era necessário favorecer a unidade das futuras gerações separadas não pela fé em YHWH, mas pelo divisor natural: o rio Jordão.

2.2 Conflito externo (1Rs 18,16-40; 2Rs 22,1-23,30)

No Antigo Testamento existem numerosos relatos de conflitos do antigo Israel com outros povos, dentro e fora da terra de Canaã, cuja base, predominantemente, é de cunho religioso: o *elohismo cananeu*.

Baal e Astarte são duas divindades cananeias muito citadas e representam o matrimônio divino (cf. Jz 2,13). Pela união desses deuses (*elohîm*), buscava-se garantir a fecundidade da terra, dos animais e, por conseguinte a do ser humano.

Astarte era cultuada em particular em Ascalon e Sidônia (cf. 1Rs 11,5.33; 2Rs 23,13). Já Baal tinha vários lugares de culto: Baal Peor (cf. Dt 4,3; Sl 106,28), Baal Gad (cf. Js 11,17; 12,7), Baal Perazim (cf. 2Sm 5,20; 1Cro 14,11), Baal Sefon (cf. Ex 14,2.9; Nm 33,7), Baal Meon (cf. Nm 32,38; Js 13,17), Baal Hermon (cf. Jz 3,3).

Curiosamente, a grande tentação dos filhos de Israel que atravessaram o rio Jordão e entraram na terra de Canaã (Cisjordânia), foi a de cultuar e servir aos Baalim e as Astartes (cf. Jz 3,7), a fim de obter a fertilidade do solo. Onde está o problema? Os filhos de Israel, pelo relato deuteronomista, vieram do deserto, cultuando YHWH, mas, ao entrarem na terra de Canaã, encontraram os cultos cananeus já estabelecidos. Segundo a mentalidade da época, era preciso cultuar as divindades locais e, em hipótese alguma, causar-lhes algum tipo de ofensa, do contrário, a sua ira se desencadearia, trazendo destruição e morte (cf. 2Rs 17,24-41).¹⁵

Por que para os profetas, como no caso Elias, não havia compatibilidade entre o culto a YHWH e o culto aos Baalim? (cf. 1Rs 18,16-40). Esta disputa serve para demonstrar que YHWH é o verdadeiro Deus de Israel e, portanto, quem é capaz de garantir as chuvas e a fertilidade do solo (cf. 1Rs 18,41-46). A disputa não se trata de intolerância religiosa, mas de demonstração da verdade do *jahwismo* sobre o baalismo praticado pelos israelitas.¹⁶

¹⁵ YHWH, o Deus encontrado por Moisés no Horeb/Sinai, não sofre restrição territorial. Por sua mão forte e braço estendido, atuando através de Moisés e Aarão, agiu portentosamente no Egito e venceu as forças e as resistências do faraó, provocando a libertação dos filhos de Israel.

¹⁶ Cf. J. A. KAEFER, *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015, p. 61-63.

Contudo, acaso YHWH, que se manifestou no deserto a Moisés, que libertou o povo do Egito, que o conduziu pelo deserto e o fez entrar na terra de Canaã, não poderia ser a mesma divindade que o povo encontrou cultuado pelos cananeus sob o nome de Baal, já que os ídolos não existem? (cf. 1Cor 8,1-6). Estas não são perguntas marginais para os exegetas, mas é fundamental para se obter respostas para outras perguntas também nada marginais: Quem é YHWH? Por que é o Deus único? Como YHWH tornou-se o Deus do antigo Israel? Por que YHWH podia ser *El Elion* (Deus Altíssimo), *El Roi* (Deus que me vê), *El Olam* (Deus Eterno) e *El Shaddai* (Deus Onipotente), mas não podia ser Baal (esposo, dono ou senhor)?¹⁷

Sabe-se pela arqueologia hodierna que, em Judá, existiram imagens de YHWH ao lado de Asherá, tida como a sua consorte.¹⁸ Estas representações datam dos séculos VIII-VII a.C. Isso permite pensar que o *jahwismo* pré-exílico ainda não estava purificado e definido como a religião de um Deus único como se encontra formulado no *shemá Israel* e que obriga os filhos de Israel ao amor incondicional ao Deus Uno e Único (cf. Dt 6,4-9).

Nos santuários do Israel Norte cultuava-se tanto YHWH como outras divindades e os sacrifícios podiam ser oferecidos pelas mãos dos mesmos sacerdotes. *Jahwismo* e baalismo conviviam lado a lado e, inclusive, partilhavam os mesmos santuários.¹⁹

¹⁷ Cf. I. FINKELSTEIN; N. A. SILBERMAN, *La Bibbia, tra storia e mito*. Roma: Carocci, 2002, p. 252-254; C. MURILO, *Aquele que manda a chuva sobre a face da terra*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 261-264.

¹⁸ Apenas após a reforma empreendida por Josias é que YHWH aparecerá só e sem a sua consorte (cf. T. RÖMER, *A Origem de Javé, o Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 157-168); E. PUECH, "Yahvé et son Ashérah dans les inscriptions de l'époque du fer II". In: J. L. D'AMICO; C. MENDOZA (orgs.), *La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14* (Homenaje a Fray Gabriel Nápole, OP: 1959-2013). Buenos Aires: PCP [Revista Bíblica Suplementos], 2015, p. 141-155; O. GIENINI, "YAHWH Y SUS MUJERES: Un divorcio no deseable". In: J. L. D'AMICO; C. MENDOZA (orgs.), *La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14*, p. 157-164.

¹⁹ Cf. J. A. KAEFER, *A Bíblia, a arqueologia e a História de Israel e Judá*, p. 61-63.

Em Judá, nos tempos de Ezequias, houve o culto a *nehustan* ligado à serpente de bronze do deserto (cf. 1Rs 18,4 cf. Nm 21,4-9; Sb 16,5-7). Um episódio que aponta e confirma o dado acima: o *jah-wismo* mosaico no século VIII a.C. não estava depurado de imagens que buscavam representar YHWH.²⁰ O rei Ezequias, ao que tudo indica, empreendeu uma reforma religiosa,²¹ mas a mudança, de fato, só ocorreu depois que Josias subiu ao trono e com base no conteúdo do livro da lei, “descoberto” durante as reformas do templo de Jerusalém.²² Todo esse momento foi preparado pelo “povo da terra” que vingou o assassinato de Amon (cf. 2Rs 22,1–23,30).

Desse momento em diante, segundo a narrativa, Josias decidiu empreender uma reforma que procurou eliminar todas as formas de culto não apenas do tipo sincrético, mas, inclusive, proibiu o culto a YHWH em um grande santuário construído no Negeb. Este funcionou, provavelmente, como alternativa para a demanda religiosa dos que migraram do Israel norte para Judá, antes da destruição da Samaria pelos Assírios em 722 a.C. Contudo, com Josias teve início a centralização do culto em Jerusalém, com a eliminação de toda a forma de sincretismo e que recebeu críticas, em particular após a sua morte trágica em Meggido, no ano 609 a.C., sob o faraó Neco II.²³

O conturbado período, que se iniciou em 609 a.C. e que se estendeu até 520 a.C., lançou as bases para as reformas religiosas do antigo Israel sob a forte concorrência das correntes deuteronomista e sacerdotal. Cada uma, a seu modo, organizou o material provindo de várias tradições religiosas, breves relatos e ciclos narrativos

²⁰ Nessa mesma linha, está a representação de YHWH pelo bezerro de ouro, presente em duas tradições (cf. Ex 32,1-20; 1Rs 12,26-33).

²¹ Cf. I. FINKELSTEIN; N. A. SILBERMAN, *La Bibbia, tra storia e mito*, p. 262-287.

²² Sobre essa descoberta, veja-se T. RÖMER, “A atual discussão sobre a chamada História Deuteronomista. Crítica literária e consequências teológicas”. In: M. S. CARNEIRO – M. OTTERMANN – T. J. A. FIGUEIREDO (orgs), *Pentateuco – da formação à recepção*. São Paulo: Paulinas/Abib, 2016, p. 109-133.

²³ Cf. I. FINKELSTEIN; N. A. SILBERMAN, *La Bibbia, tra storia e mito*, p. 289-309; M. LIVE-RANI, *Oltre la Bibbia. Storia antica di Israel*. Roma-bari: Laterza, 2003, p. 195-198.

independentes, fazendo surgir literaturas religiosas que acabaram por confluir numa grande obra historiográfica (Gn a 2Rs) e que, nos tempos de Esdras e Neemias, foram separadas, dando origem à Torá/Pentateuco e aos Profetas Anteriores (Js–2Rs). Com isso, pode-se dizer que o surgimento do judaísmo coincide com as reformas sociais, políticas e religiosas empreendidas por Esdras e Neemias.²⁴

Estas reformas oficializaram a religião judaica e excluíram todas as outras formas de religiosidade. Houve marginalização e segregação religiosa. O caso mais típico dessa época foi a ruptura entre judeus e samaritanos (cf. cf. Esd 4,1-23; Eclo 40,26), que deixou fortes marcas de separação e discriminação. Estas são apresentadas como “superadas” pelo encontro de Jesus com os samaritanos junto ao poço de Sicar (cf. Jo 4,1-42), não obstante Lc 9,51-55 tenha preservado um episódio hostil de samaritanos, pois Jesus e seus discípulos estavam a caminho de Jerusalém.

3. A religião do novo Israel e as religiões circunvizinhas

Nos livros do Novo Testamento também se encontra a perícia de evangelistas e varões apostólicos, tão sábios e experientes como os escribas que escreveram o Antigo Testamento. A trajetória histórica de Jesus de Nazaré com seus discípulos foi elaborada, igualmente, com base na experiência exodal, mas com a finalidade de levar a libertação de forma inclusiva, estendendo-a, não apenas aos adeptos, mas, principalmente, aos inimigos, perseguidores e opressores (cf. Lc 6,27-38).²⁵ Nesse sentido, se compreende o anúncio da Boa Nova para toda a “terra habitada” (*oikouménē*) e “universal” (*katholicós*):

²⁴ Sobre a relação entre a Torá/Pentateuco e Esdras, veja-se: F. CRÜSEMANN, *A Torá. Teologia e história social da lei do Antigo Israel*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 456-463; E. ZENGER (org.), *Introduzione all'Antico Testamento*. Brescia: Queriniana, 2005, p. 155-164.

²⁵ Cf. L. A. FERNANDES, “A base veterotestamentária da imitação de Deus em Lc 6,36-38”. In: L. A. FERNANDES (org.), *Traços da misericórdia de Deus segundo Lucas*. Santo André/Rio de Janeiro: Academia Cristã/Editora PUC-Rio, 2016, p. 11-49 (em particular as p. 35-43).

de Jerusalém até os confins da terra (cf. Lc 24,47; At 19,21; 23,11). Nesse percurso, a Samaria foi evangelizada pelo diácono Filipe e confirmada na fé por Pedro e João (cf. At 8,4-25).

O principal critério literário usado foi o de descrever a experiência salvífica realizada em Jesus também em chave e memória litúrgica: a narrativa do Mistério Pascal, êxodo e libertação não das mãos do faraó e do Egito, mas de Satanás e do seu “reino” opressor. Isto permitiu que as futuras gerações de cristãos fossem formadas não a partir da experiência de uma religião, mas, como no *jahwismo* e no judaísmo, sobre o evento fundador exodal: a identidade, a missão e o discipulado de Jesus: Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem.

Um olhar atento para cada um dos livros do Novo Testamento, em particular para os Evangelhos, permite reconhecer neles um processo de formação que buscou evidenciar a “continuidade descontínua” da revelação e da fé em Deus, como dito pelo autor de Hebreus:

¹Deus, depois de ter falado outrora, em muitas ocasiões e de diferentes modos, aos pais por meio dos profetas; ²nestes dias que são os últimos, nos falou pelo Filho, ao qual constituiu herdeiro do universo, por quem fez os tempos duradouros. ³Sendo ele o esplendor de sua glória e impressão do seu ser; governa o universo com sua palavra potente; e depois de ter expiado os pecados, sentou-se à direita da Majestade nas alturas, ⁴tornando-se superior aos anjos quanto excede sobre o deles o nome que herdou (Hb 1,1-4).

Com base nessa “continuidade descontínua”, entre o passado e os últimos dias inaugurados por Jesus, teve início a edificação da identidade do novo Israel: *povo liberto, eleito e consagrado* a Deus não mais pelo sangue de animais (cf. Ex 19,5-6; 24,4-8), mas pelo sangue do seu Filho Único e Unigênito (cf. Hb 9,13-14). Esta identidade se firma na medida em que se promove a unidade de todo o povo cristão pela prática do bem, da justiça e da caridade na verdade que liberta (cf. Ef 4,15) de todas as formas de hipocrisia e de intolerância

religiosa, devolvendo a paz interna e externa às comunidades de fé por uma sadia apologia como faziam os Padres da Igreja (*DAP* 229).

Todavia, essa identidade também corre o risco de se enfraquecer, na medida em que a divisão acontece pelo desejo de poder, sucesso e vida fácil, respectivamente, as três tentações que Jesus venceu na experiência do seu deserto (cf. Mt 4,1-11; Lc 4,1-13) e que, por sua vez, recapitula o período dos quarenta anos no deserto do antigo Israel, antes de que entrasse e tomasse posse da terra de Canaã. A realização da vontade de Deus pela obediência é o modo como Jesus concretiza o amor de Deus pela humanidade.²⁶

Não demorou muito para o cristianismo primitivo perceber que a principal ameaça à unidade dos seguidores de Jesus também não era externa, mas interna e atestada pelos conflitos religiosos que marcaram as diferentes formas de seguimento cristão: “petrinismo”, “tiaguismo”, “joanismo”, “paulinismo” etc (cf. 1Cor 1,11-13; Gl 2,12).²⁷

Os libertos da raiz de toda escravidão, isto é, do pecado, antes de entrar na Jerusalém do alto, precisam percorrer diversas etapas, passar por várias provações na sua caminhada pelo deserto rumo à conformação da vida ao Senhor Jesus, aprendendo a colocar em prática, pela força do amor, o que Ele ensinou, praticou e que resume toda a lei e os profetas:

³⁴Quando os fariseus ouviram que havia fechado a boca aos saduceus, reuniram-se como um só ³⁵e um deles, esperto na lei, perguntou para prová-lo: ³⁶“Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?” ³⁷Ele respondeu: “*Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento.*”

²⁶ Cf. L. A. FERNANDES, “A dinâmica do discipulado (Mc 3,13-19)”. In: L. A. FERNANDES – M. GRENZER, *Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 83.

²⁷ As controvérsias e disputas na carismática comunidade de Corinto levaram São Clemente, bispo de Roma e sucessor de Pedro, a escrever uma carta (considerado o documento cristão mais antigo da fé cristã), buscando restabelecer a ordem interna em prol da unidade (cf. W. JAEGER, *Cristianismo Primitivo e Paideia Grega*. Santo André: Academia Cristã, 2014, p. 23-37).

³⁸Este é o maior e o primeiro mandamento. ³⁹O segundo é semelhante a ele: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo*. ⁴⁰Nestes dois mandamentos apóiam-se toda a Lei e os Profetas” (Mt 22,34-40).

A grandeza desse mandamento era conhecida pelo esperto na lei que fez a pergunta.²⁸ Mas não a sua novidade: Jesus, que deu a resposta, colocando-se diante de todos como digno de ser amado, como estava prescrito na lei (cf. Dt 6,5; 11,1; Lv 19,18-24). Assim, proporcionou aos seus seguidores a capacidade de colocá-lo em prática como sinal e testemunho de liberdade.

Quando os cristãos lançam um olhar para a Jerusalém do alto, ponto de chegada dos que lavaram as suas vestes no sangue do Cordeiro Imolado (cf. Ap 7,14), descobrem que *o véu que envolvia todos os povos e a cortina que se estendia sobre todas as nações* (Is 25,8) e separava os crentes, já não divide mais. Apesar disso, parece que ainda há um “rio Jordão” separando os cristãos marcados por conflitos internos e externos a esta linha divisória: “o rio da intolerância”.

Mc 10,35-45 é um exemplo de conflito religioso interno, ainda muito vivo e presente nos dias atuais, e Jo 4,1-42 permite entrever, a exemplo de Jesus, que caminho percorrer para vencer as barreiras da divisão e discriminação que continuam sendo praticadas por alguns dos seus discípulos.

3.1 Conflito interno (Mc 10,35-45)

À diferença de como foi feito com o exemplo do Antigo Testamento, proponho a leitura de um episódio que retrata bem o que acima chamei de “tiaguismo e joanismo”. Na verdade, são expressões de conflitos internos, não apenas, no momento do seguimento de Jesus, mas indicam uma forma de divisão eclesial no cristianismo primitivo,

²⁸ Para a compreensão desse episódio segundo o relato de Marcos, veja-se M. GRENZER, “Primeiro e segundo mandamentos (Mc 12,28-34)”. In: L. A. FERNANDES; M. GRENZER, *Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor*, p. 129-155.

pois cada apóstolo, de certo modo, representa uma comunidade de fé cristã.

Os filhos de Zebedeu, Tiago e João, se sentiram na liberdade de pedir a Jesus algo que poderia ser classificado como privilégio: sentarem-se, respectivamente, um à sua direita e o outro à sua esquerda.²⁹ Em outras palavras: seriam detentores de poder – ou o que simbolizam: igrejas cristãs tidas por mais importantes que as outras? O dado curioso surge na interlocução de Jesus que responde positivamente à proposta: “Que quereis que eu vos faça?”.

O desejo dos dois parece ter fundamento pelo contexto próximo anterior, visto que Jesus prometeu recompensar os que se colocam no seu seguimento (cf. Mc 10,17-31). Contudo, denota, igualmente, incompreensão, pois além de falar de perseguições, anunciou a sua paixão pela terceira vez (cf. Mc 10,32-34). É, exatamente a partir desse ponto, que Jesus replica ao desejo de Tiago e João. Embora tenham se demonstrado capazes de passar pelo martírio, simbolizado no cálice e no batismo, os lugares por eles desejados serão “para aqueles a quem está preparado” (Mc 10,40).

Visto que a pergunta não foi feita em segredo e tampouco a resposta foi dada em segredo, a reação dos outros dez apóstolos foi imediata: “Quando ouviram, os dez começaram a indignar-se contra Tiago e João” (Mc 10,40). Se, por um lado, houve busca de privilégio por parte de Tiago e João, houve indignação por parte dos outros dez apóstolos. A divisão, de certa forma, instaurou-se no seio da comunidade dos seguidores de Jesus, que, imediatamente, restaura a via da unidade.

Este episódio, como dito, está precedido pelo terceiro anúncio que Jesus fez da sua paixão. Tais anúncios denotam a perspectiva messiânica de Jesus na direção oposta da que era esperada e alimentada na época. Não só pelos discípulos (cf. Mc 8,27-33; Lc 24,21), mas

²⁹ No relato mateano, o pedido foi feito pela mãe de Tiago e João (cf. Mt 20,20-23).

pelos que aguardavam uma prodigiosa ação de Deus na história, a exemplo do que fez com os antepassados do antigo Israel no Egito, libertando das mãos do faraó opressor. Assim como Deus fez com o Egito, esperava-se que fizesse com Roma (cf. At 5,34-39).³⁰

Se, por um lado, Tiago e João apresentam-se diante do Mestre com uma liberdade impressionante, por outro lado, eles atestam, pelo pedido feito, que não entenderam Jesus e o sentido do seu ensinamento. A realidade que buscam está diametralmente oposta à assumida por Jesus. A visão que possuem do reino anunciado não é eclesial, mas exclusivista e pautada no direito ao domínio, significado no estar sentado à direita e à esquerda. É um domínio de poder que brota do servir-se de Jesus e não da autoridade que brota do Mistério Pascal, serviço-doação em Jesus que precisa continuar nos seus seguidores.

A resposta de Jesus ao pedido, evocando as imagens do cálice e do batismo, atesta a realização do seu Mistério Pascal, mas provoca a capacidade de ambos irem além do pedido. Jesus não pode conceder os lugares pretendidos, mas pode conceder que sejam capazes de segui-lo no martírio. Se a resposta afirmativa de Tiago e João não fosse autêntica, a mentira teria sido declarada por Jesus. De fato, os dois irmãos beberão do cálice e serão batizados com o mesmo batismo. É uma atestação de que quando esse evangelho foi escrito, Tiago e João já estavam mortos, mas permanecia a memória do pedido e da resposta que se tornaram um dado pedagógico para as futuras gerações de discípulos. At 12,2 atesta a morte de Tiago e Jo 21,19-25 pode, igualmente, conter a notícia da morte de João.

A reação que se segue dos outros dez apóstolos aproxima-se do conflito presente em Nm 32 e aponta para duas direções. Pode ser uma reação de Jesus, novo Moisés, ao pedido do poder e uma reação à incapacidade de seguimento por parte de Tiago e João (suas respectivas comunidades de fé). O que interessa não é tanto a reação, mas

³⁰ São relevantes as conclusões do estudo de D. SCARDELAI, *Movimentos messiânicos no tempo de Jesus. Jesus e os outros messias*. São Paulo: Paulus, 1998, p. 359-268.

a diferenciação que Jesus quer como identidade para os seus seguidores. As relações entre eles, e deles para com os demais, supõem a liderança, mas os princípios determinadores não serão os mesmos em uso e praticado pelos dominadores dos povos e nações. Nota-se o eco da clara referência à sua opção messiânica (cf. Lc 4,18-19).

Assim, o critério decisivo na comunidade dos seguidores de Jesus não é o poder ou o domínio como acontece com os chefes das nações, mas o serviço como a via que deve ser seguida. Jesus não ignora ou nega a possibilidade de que haverá um líder entre os discípulos, mas indica a forma pela qual essa liderança deve ser exercida: o maior seja o menor; o primeiro seja o servo de todos, pois haverá, também, uma justa retribuição para quem não colocou em prática o ensinamento de Jesus (cf. Mt 24,45-51; Lc 12,42-48). Todos os apóstolos serão líderes de comunidades e terão o poder das chaves (cf. Mt 16,19; 18,19), mas o que for o primeiro dentre eles deverá ser o servo de todos. O desfecho evoca, mais uma vez o Mistério Pascal, a sua chave de leitura eclesial é a recondução da comunidade ao vínculo da unidade, cujo caminho exige a correção fraterna (cf. Mt 18,15-19).

3.2 Conflito externo (Jo 4,1-42)

Judeus e samaritanos não tinham relações, basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, devido à impureza racial: miscigenação entre “israelitas/cananeus” e as gentes que o rei da Assíria fez vir de Babilônia para Samaria (cf. 2Rs 17,24-41). Em segundo lugar, devido às questões políticas que surgiram após o retorno dos exilados para Jerusalém, visto que a Judeia estava sob a satrapia persa de Samaria (cf. Esd 4,1-23).³¹ Trezentos e vinte anos separam esses dois motivos, e mais quatrocentos e trinta anos até os tempos de Jesus, totalizando setecentos e cinquenta anos.

³¹ O segundo templo também servia para os samaritanos cultuarem YHWH. Com Esdras e Neemias, porém, deu-se a proibição (cf. R. KESSLER, *História Social do Antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 192-205).

O episódio do encontro de Jesus com a mulher samaritana ocorreu junto a um poço situado na cidade de Sicar, talvez a antiga Siquém. Este poço liga-se ao patriarca Jacó e, segundo o relato, havia sido dado ao seu filho José. Estranha afirmação, pois José morreu no Egito (cf. Gn 50,26). Contudo, Gn 48,21-22 e Js 24,32 aludem ao campo comprado por Jacó dos filhos de Hemor (cf. Gn 33,18-19) e, de certa forma, ligam o território à pessoa de José. É provável que nesse terreno existisse um manancial.

Jesus e a samaritana representam, respectivamente, dois grupos adoradores de Deus, mas em histórico litúrgico religioso. Havia algo em comum entre eles: a tradição patriarcal atestada pelo poço de Jacó. Esta tradição aludia ao patriarca sobre o qual recaíam lembranças de ruptura e diversos conflitos familiares (cf. Gn 27; 30,25-43). Além disso, havia algo ainda mais comum e pertinente: a Torá/Pentateuco, que, porém, há quase quatro séculos não os unia, mas os separava ainda mais pelas leituras e interpretações diferentes que judeus e samaritanos faziam desse *corpus* legislativo.

Na iniciativa dialógica de Jesus tem início a busca pela superação do histórico litúrgico. O ponto de partida encontra-se em Jesus que apresenta mais do que a sua necessidade, a sua íntima identificação com a humanidade sofrida: “Dá-me de beber!” (Jo 4,7; necessidade que na cruz, em Jo 19,28, se repetirá: “Tenho sede”). A samaritana não ficou insensível, mas mostrou que conhecia a diferença existente entre eles: “Como tu, sendo um judeu, pedes de beber a mim, que sou uma samaritana?” (Jo 4,9). A índole da pergunta é intencional e soa como: Que há entre nós? Jesus entendeu bem a questão e não recuou, mas retomou a fala, invertendo a necessidade: “se tu conhecesses o dom de Deus e quem te diz: ‘dá-me de beber’, tu é que a ele pedirias e ele a ti daria água viva” (Jo 4,10). Da necessidade pessoal, Jesus passa ao despertar do interesse da mulher samaritana que continua não recuando diante das provocações.

Se Jacó foi capaz de dar um poço, Jesus diz que possui uma água que sacia não apenas as necessidades dessa vida, mas que, em quem a bebe, se torna uma fonte para a vida eterna. Com isso, Jesus desloca o eixo do diálogo e direciona a conversa para a esfera sapiencial (cf. Pr 18,4) e profética (cf. Is 58,11). Nesse diálogo, a mulher samaritana já está bebendo da fonte viva da Palavra de Deus e do ensinamento que dela deriva. O desejo foi despertado: “dá-me dessa água” (Jo 4,15). O que começou com um pedido de água (cf. Jo 4,7) foi além da mera necessidade humana.

A solução para a mulher está na água oferecida por Jesus, símbolo do Espírito Santo. Espírito que convence do erro e faz aderir à verdade (cf. Jo 16,8-11).³² Por isso, Jesus muda de assunto e revela o íntimo da mulher, gerando o reconhecimento que está no primeiro nível da resposta obtida dos discípulos a caminho de Cesareia de Filipe (cf. Mc 8,27-28): “Senhor, vejo que és profeta” (Jo 4,16). Esse reconhecimento não está só no nível humano, mas da verdade anunciada pelos profetas. Verdade que Moisés havia indicado que deveria ser seguida quando o Profeta surgisse (cf. Dt 18,18).

Jesus, pela provocação que fez: “vai, chama o teu marido e volta aqui” (Jo 4,19), obteve uma resposta segura da mulher, com base na história do seu povo (cf. 2Rs 17,24-41): “Não tenho marido, e o que agora tens não é teu marido; falaste, nisso, a verdade” (Jo 4,18). Nota-se que o Espírito Santo já está agindo na mulher que direciona o diálogo para o âmbito do lugar cultural (cf. Esd 4,1-5) e motivo que intensificou a divisão entre judeus, que adoram em Jerusalém, e samaritanos, que passaram a adorar no monte Garizim, considerado local de bênção (cf. Dt 11,29-27,12).

Se a perspectiva teológica afastou do mesmo local de culto, judeus e samaritanos, Jesus pede que a mulher tenha fé nele e aceite a

³² De forma lúcida, a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, recorda que: “Às vezes esquecemos que a unidade é, antes de tudo, um dom do Espírito Santo, e oramos pouco por essa intenção” (DAp 230).

verdade que rompe a divisão e devolve a unidade: Deus é Pai e procura verdadeiros adoradores que o adorem em espírito e em verdade, porque Deus é espírito (cf. Jo 4,21-25). Diante dessa revelação feita por Jesus, a mulher dá um salto de qualidade na fé e, como Pedro (cf. Mc 8,29), manifesta a fé na vinda do Messias, Mestre da sabedoria e da verdade, provocando a inédita revelação de Jesus: “Sou eu que falo contigo” (Jo 4,25-26).

Nesse ponto há um corte e um duplo movimento: os discípulos voltam com comida e a mulher volta apressadamente para a cidade sem o cântaro e, pela palavra e testemunho, narra o seu encontro com o “homem que disse tudo o que fez. Não seria ele o Cristo?”. Com isso, provoca nos seus coetâneos o desejo de encontrar Jesus (Jo 4,27-30). Da sede inicial, passa-se à fome. Por um lado, os discípulos querem que Jesus coma do que trouxeram. Por outro lado, Jesus afirma possuir o desejo de outro alimento: “fazer a vontade daquele que me enviou e consumir a sua obra” (Jo 4,34). Isto serve de motivação para Jesus revelar a real razão para estarem naquele local: ceifar um campo que eles não semearam (cf. Jo 4,35-38).

O episódio encerra-se com a notícia da acolhida de Jesus por parte dos samaritanos. Creram por causa do testemunho da mulher (e não pela presença dos discípulos na cidade). Contudo, bem mais numerosos foram os que acreditaram pela palavra de Jesus que ficou, no meio deles, por dois dias: “Já não acreditamos porque o dizias, pois nós mesmos ouvimos e sabemos que esse é, verdadeiramente, o salvador do mundo” (Jo 4,42).

A conversão dos samaritanos aconteceu em etapas. Nota-se que na acolhida de Jesus não se retornou ao tema da divisão entre judeus e samaritanos. Graças ao diálogo de Jesus com a mulher samaritana as portas e o coração dos habitantes da cidade se abriram. A divisão deixou de ser um obstáculo. A unidade entre judeus e samaritanos voltou por Cristo, com Cristo e em Cristo.

Para além do sentido histórico dos fatos e das personagens, pode-se admitir que a mulher samaritana, de forma simbólica, representa a sabedoria atuante numa comunidade cristã desunida e em conflito com o grupo apostólico: “Eu vos envieí a segar o campo que outros trabalharam e vós entrastes no trabalho deles” (Jo 4,38). Em sua pessoa, sensibilidade e doutrina, Jesus aparece como reconciliador e provocador da renovação da fé tanto da comunidade dos discípulos como da comunidade cristã de Samaria. De certa forma, At 8,4-25 complementa Jo 4,1-42 e supera o litígio presente em Lc 9,51-55.

Considerações finais

Inicieí a reflexão com a citação de Jr 6,16 que tratou sobre o caminho do bem, isto é, a respeito das opções condizentes com a vontade de Deus. Agora, completo a reflexão, fazendo uso de Mq 6,8: *Te foi indicado, ó homem, o que é bom e o que YHWH exige de ti, nada além de praticar a justiça, amar a lealdade e caminhar, com solicitude, com teu Deus.*

Os dois textos proféticos são pungentes e seu conteúdo não é uma proposta facultativa na vida de quem afirma conhecer Deus. Por um lado, Mq 6,8 indica as opções que devem ser feitas e os caminhos a serem percorridos. Nem sempre os critérios apontados são usados pelos cristãos no momento das decisões. Erros são cometidos contra a dignidade humana e, lamentavelmente, fazendo uso da Sagrada Escritura. Por outro lado, Jr 6,16 aponta para a necessidade de que seja feita uma séria revisão das opções e dos caminhos escolhidos em função das decisões, pois a conversão é condição indispensável para a prática do bem, da justiça e do amor na verdade que liberta.

Se os cristãos forem mais bíblicos, isto é, discípulos em missão permanente e em contínuo processo de conversão, que não apenas lêem, mas amam e praticam a Palavra de Deus com fé obediencial, não haverá espaço para as divisões, pois a fé e a doutrina não seriam

usadas para “justificar” certas posturas antiecumênicas e o diálogo inter-religioso não sofreria preconceitos.

Sobre isso, o Papa Francisco,³³ por ocasião do cinquentenário da declaração *Nostra Aetate*, proferiu no dia 28 de outubro de 2015 uma Audiência Geral Inter-Religiosa, na qual disse:³⁴

“O mundo olha para nós, crentes, exorta-nos a colaborar entre nós e com os homens e as mulheres de boa vontade que não professam religião alguma, pede-nos respostas eficazes sobre numerosos temas: a paz, a fome e a miséria que afligem milhões de pessoas, a crise ambiental, a violência, em particular a cometida em nome da religião, a corrupção, a degradação moral, as crises da família, da economia, das finanças e, sobretudo, da esperança. Nós, crentes, não temos receitas para estes problemas, mas dispomos de um recurso enorme: a oração. E nós crentes, oramos. Devemos rezar. A oração é o nosso tesouro, no qual nos inspiramos segundo as respectivas tradições, para pedir os dons pelos quais a humanidade anseia”.

Os exemplos bíblicos que foram tratados nesse artigo mostram diferentes modos de superação de conflitos. A busca e a defesa da unidade são posturas essenciais para se superar as dificuldades e divisões. Graças à unidade e à fraternidade, o seguimento de Jesus Cristo supera e sai do “ismo”, que, muitas vezes, torna-se sinal não de uma pluralidade cristã saudável, mas de lutas e disputas por poder, sucesso e comodidades. “Uma via fecunda para avançar para a comunhão é recuperar em nossas comunidades o sentido do compromisso do Batismo” (DAp 228).

³³ Sobre os avanços no ecumenismo desde o Concílio Vaticano II, particularmente durante o magistério de Bento XVI e de Francisco, com a *Evangelii Gaudium*, veja-se M. T. F. CARDOSO, “No respeito e no amor. Ensino de Bento XVI e Francisco sobre a solicitude ecumênica”. In: *Perspectiva Teológica*, vol. 48, n. 2 (2017) p. 357-387.

³⁴ Texto acessado em 08/09/2017 e disponível no *link*: m.vatican.va/content/francesco-mobile/PT/audiencias2015/documents/papa-francesco_20151028_udienza-generale.html.

Na verdadeira busca pela vida de comunhão, “se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, crescem o conhecimento recíproco e o respeito, e se abrem possibilidades de testemunho comum” (DAP 233). Na atual mudança de época, cenário de grandes indefinições em todos os campos, os cristãos, mais do que nunca, precisam superar todas as formas de divisão e tornar, por um verdadeiro apostolado, a Boa-Nova de Jesus Cristo audível e acreditável para os muitos “Ghandis” do nosso tempo que esperam ver a coerência entre a fé, as palavras e as atitudes dos cristãos.

Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (Mc 12,31) não é um nobre sentimento, mas uma decisão que exige dedicação e entrega incondicionais à vontade de Deus pela fé obediencial. Cada cristão precisa arrancar de seu coração e de sua mente o que impede que o ecumenismo e o diálogo inter-religioso sejam fecundos em frutos de unidade e fraternidade.

Este duplo mandamento requer aceitação, valorização e respeito pelas diferenças, pois o reino de Deus, inaugurado, vivido e transmitido por Jesus Cristo aos seus seguidores, não apenas admite a unidade na pluralidade, mas exige a valorização da verdade que liberta dos “ismos” que a ofuscam. A perspectiva ecumênica e do diálogo inter-religioso abrem amplo espaço para que o amor de Deus, derramado em nossos corações, seja comunicado com alegria, e que todos os não cristãos, possam voltar a testemunhar, como nos tempos de Tertuliano: “Vede como eles se amam!”

Bibliografia

V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. *Documento de Aparecida*. Brasília/São Paulo: Edições CNBB/Paulinas/ Paulus, 2008.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “Aspectos ecumênicos da *Evangelii Gaudium*”. In: J. P. AMADO – L. A. FERNANDES (orgs.), *Evangelii Gaudium em questão. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Paulinas, 2014, p. 251-262.

- CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “Ter em vista o ser humano: A *Gaudium et Spesi e o diálogo ecumênico*”. In: L. A. FERNANDES (org.), *Gaudium et Spes em questão. Reflexões bíblicas, teológicas e pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 137-150.
- CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “No respeito e no amor. Ensino de Bento XVI e Francisco sobre a solicitude ecumênica”. In: *Perspectiva Teológica*, vol. 48, n. 2 (2016) p. 357-387.
- CAZELLES, Henri. “Baal e Astarte”. In: P. POUPARD (org), *Grande Dizionario delle Religioni. Dalla preistoria ad oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 2000, p. 203-204.
- CRÜSEMANN, Frank. *A Torá. Teologia e história social da lei do Antigo Israel*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- FERNANDES, Leonardo Agostini. “A base veterotestamentária da imitação de Deus em Lc 6,36-38”. In: L. A. FERNANDES (org.), *Traços da misericórdia de Deus segundo Lucas*. Santo André/Rio de Janeiro: Academia Cristã/Editora PUC-Rio, 2016, p. 11-49.
- FERNANDES, Leonardo Agostini. “A dinâmica do discipulado (Mc 3,13-19)”. In: L. A. FERNANDES – M. GRENZER, *Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 43-106.
- FINKELSTEIN, Israel – SILBERMAN, Neil Asher. *La Bibbia, tra storia e mito*. Roma: Carocci, 2002.
- FLENDER, O. “*oikouménē*”. In: L. COENEN – E. BEYREUTHER – R. BIETENHARD (coord), *Dizionario dei concetti biblici del Nuovo Testamento*. Bologna: EDB, 1986, p. 1856-57.
- FRANCISCO, PP. “Audiência Geral Inter-Religiosa. Por ocasião do cinquentenário da promulgação da Declaração Conciliar *Nostrae Aetate*”. Praça de São Pedro, quarta-feira, 28 de outubro de 2015.
- GALVAGNO, Germano. – GIUNTOLI, Federico. *Dai frammenti alla storia. Introduzione al Pentateuco*. Torino: ELLEDICI, 2014.
- GIENINI, Olga. “YAHWH Y SUS MUJERES: Un divorcio no deseable”. In: J. L. D’AMICO – C. MENDOZA (orgs.), *La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14*, p. 157-164.

- GIOIA, F. (org.), *Dialogo interreligioso nell'insegnamento ufficiale della chiesa cattolica dal Concilio Vaticano II a Giovanni Paolo II (1963-2005)*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006.
- GRENZER, Matthias. "Primeiro e segundo mandamentos (Mc 12,28-34)". In: L. A. FERNANDES – M. GRENZER, *Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor*, p. 129-155.
- JAEGER, Werner. *Cristianismo Primitivo e Paideia Grega*. Santo André: Academia Cristã, 2014.
- KAEFER, José Ademar. *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.
- KESSLER, Rainer. *História Social do Antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- LIVERANI, Mario. *Oltre la Bibbia. Storia antica di Israel*. Roma-bari: Laterza, 2003.
- MURILO, Cássio. *Aquele que manda a chuva sobre a face da terra*. São Paulo: Loyola, 2006.
- PASSOS, João Décio. "Diálogo". In: J. D. PASSOS e W. L. SANCHEZ (coord). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 266-273.
- PUECH, Emile. "Yahvé et son Ashérah dans les inscriptions de l'époque du fer II". In: J. L. D'AMICO – C. MENDOZA (orgs), *La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14* (Homenaje a Fray Gabriel Nápole, OP 1959-2013). Buenos Aires: PCP [Revista Bíblica Suplementos], 2015, p. 141-155.
- RÖMER, Thomas. "A atual discussão sobre a chamada História Deuteronomista. Crítica literária e consequências teológicas". In: M. S. CARNEIRO – M. OTTERMANN – T. J. A. FIGUEIREDO (orgs), *Pentateuco – da formação à recepção*. São Paulo: Paulinas/Abib, 2016, p. 109-133.
- RÖMER, Thomas. *A Origem de Javé. O Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.
- SCARDELAI, Donizete. *Movimentos messiânicos no tempo de Jesus. Jesus e os outros messias*. São Paulo: Paulus, 1998.
- SICRE, José Luis. *Josue*. Estella [Navarra]: Editorial Verbo Divino, 2002, p. 443.

WOLFF, Elias. “Ecumenismo”, in: PASSOS, J. D. – LOPES SANCHEZ, W. (coord), *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, Paulinas, 2015, 323-335.

ZENGER, Erich (org.). *Introduzione all’Antico Testamento*. Brescia: Queriniana, 2005.

Recebido em: 12/09/2017

Aprovado em: 04/10/2017